

HELIO JAGUARIBE

## INTRODUÇÃO

**E**m boa hora a Fundação Konrad Adenauer pôs em discussão o tema “Brasil: o que resta a fazer?” O que é extraordinário, com relação a esse tema, é o fato de que sua relevância e atualidade contrastam com a circunstância de que, desde pelo menos meados do século transacto, se tem pleno conhecimento, no fundamental, da conveniente resposta. Há no Brasil o mais amplo consenso a respeito de que o que falta ao país é ultimar os esforços para alcançar, estavelmente, um nível satisfatório de desenvolvimento econômico e sócio-cultural.

Importantes tentativas foram empreendidas nesse sentido pelo segundo governo Vargas (1951-1954) e por Juscelino Kubistek (1956-1961) sem, entretanto, conveniente continuação. O Brasil está paralisado há 25 anos e corre o risco de assim continuar no próximo quadriênio presidencial (2007-2010). Por quê?

### I. CAUSAS IMEDIATAS

**N**o plano dos fatores mais imediatos é de se reconhecer que duas tendências ideológicas de sinal contrário, populismo e neoliberalismo, carregam grande responsabilidade pela estagnação brasileira. O populismo (João Goulart), malbaratando recursos escassos e favorecendo a indisciplina fiscal e social, impede o crescimento econômico. O neoliberalismo, erigindo os equi-

lívrios monetário, fiscal e cambial em meta absoluta, esteriliza os recursos públicos e inviabiliza investimentos por sua política de juros astronômicos, assim impedindo o crescimento econômico. Em vez de taxas de crescimento econômico superiores a 6% a/a, como ocorreu da década de 1950 à de 1970, condena-se a economia a pífias taxas, da ordem de 2% a 3% e decorrente estagnação do país.

Os desmandos populistas são fáceis de compreender num país subdesenvolvido. A miséria generalizada da população conduz à falácia de que, distribuindo-se recursos e favores, se atenua essa miséria. Acrescenta-se a isto o imenso atrativo eleitoral (Brizola) do populismo.

Mais complexa é a questão do neoliberalismo. Procedente dos países anglo-saxões, reveste-se de respeitabilidade e de aparente consistência. É inegável que nenhuma política séria pode ser realizada sem equilíbrios monetário, fiscal e cambial. Juros muito elevados, por outro lado, parecem a contramedida necessária para evitar o recorrente fantasma da inflação, que por longo tempo assolou o país. Assim, também, para atrair capitais estrangeiros, cuja importância relativa tende a ser extremamente exagerada.

Não obstante esses aspectos razoáveis, permanece sem resposta o fato de que o neoliberalismo monetário, a despeito de seus inequívocos efeitos paralizadores do crescimento econômico, se tenha mantido no Brasil por esse longo período que vem desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Como e por que um homem da mais alta qualificação como Fernando Henrique Cardoso, declaradamente social-democrata, e um homem da inteligência de Luiz Inácio Lula da Silva, socialista democrático de esquerda, se mantiveram estritamente dentro do figurino monetário do neoliberalismo?

## 2. CAUSAS PROFUNDAS

Como se depreende das considerações precedentes é preciso buscar num nível mais profundo as causas do neoliberalismo no Brasil e, em nível ainda mais profundo, as razões pelas quais, havendo amplo consenso nacional a respeito da premente necessidade de desenvolvimento, não se logrou promovê-lo, nos últimos 25 anos.

A primeira questão, de caráter mais específico, encontra uma parcial explicação no fato de que, nos últimos trinta anos, os bons economistas brasileiros obtiveram sua formação em universidades americanas. Nestas, conjuntamente com um bom ensino de *economics*, se apresenta o neoliberalismo

não como a ideologia conservadora que efetivamente é e sim como condição necessária para o êxito de uma boa política econômica. Os economistas com essa formação têm integrado todas as equipes econômicas de nossos governos. Daí a conformidade de nossas políticas econômicas com o “Consenso de Washington”.

Ademais do doutrinamento neoliberal recebido por nossos economistas é preciso levar em conta um evento fundamental: a irrestrita e incondicional inserção do Brasil, pelo presidente Collor, e desde então, no mercado financeiro internacional. O país ficou incondicionalmente vinculado às vicissitudes desse mercado, como as exprime a Bolsa de Nova York e como a sinalizam as agências americanas formuladoras do “risco Brasil”. Uma vez incondicionalmente inserido no mercado financeiro internacional, o país ficou compelido, sob pena de sofrer graves sanções, a seguir os ditames desse mercado, pautados pelo mais estrito neoliberalismo monetário. Essa é a razão pela qual um presidente social-democrata, brilhante e super qualificado sociólogo, como Fernando Henrique e outro, líder sindical de esquerda, extremamente inteligente, como Lula, foram compelidos a seguir o mais estrito monetarismo neoliberal.

O até agora exposto explica, em considerável medida, por que o neoliberalismo monetário manteve o Brasil estagnado no curso dos últimos anos. Nossa incapacidade para superar o renitente subdesenvolvimento brasileiro, apesar do consenso quanto à necessidade de se o fazer, requer, entretanto, uma explicação ainda mais profunda. Essa explicação se encontra, principalmente, no fato de o Brasil se ter convertido em uma democracia de massa antes de haver formado uma cidadania de massas.

O problema fundamental do Brasil é a ignorância. O país é mais ignorante do que pobre e é pobre por ignorância. Um terço da população brasileira é totalmente destituída de educação e se encontra, assim, em condições semelhantes, aos miseráveis de Calcutá. Um outro terço tem um padrão educacional extremamente modesto, inapto para atividades que requeiram escolaridade de nível médio, não dispondo, assim, de condições para se dar conta dos problemas com que se defronta o país. Fica o Brasil, assim, integralmente dependente do outro terço de sua população, desfrutando de níveis de educação e de vida comparáveis aos dos povos do sul da Europa. Este terço “ocidental”, graça à amplitude da população brasileira, é constituído por mais de cinquenta milhões de pessoas. É porque esse terço superior do Brasil tem massa crítica, com uma população superior à dos demais países da América do Sul, que o Brasil se sustenta e logrou uma apreciável base industrial e tec-

nológica. Esse mesmo terço da população, todavia, embora economicamente suficiente, não o é politicamente. A extrema ignorância da grande maioria de eleitorado conduz à formação de uma das piores classes políticas do mundo.

O Brasil apresenta, assim, a triste contradição de dispor do melhor sistema de votação do mundo, com urnas eletrônicas insusceptíveis de fraude e asseguradoras da imediata computação dos resultados (lembremo-nos do contraste com as eleições norte-americanas ou mexicanas), sistema esse, entretanto, a serviço, como já mencionado, de uma das piores classes políticas do mundo.

O que então ocorre? Ocorre que os regimes eleitoral e partidário brasileiro são completamente inadequados para um eleitorado primitivo, em que dois terços não completaram a educação do primeiro grau e votam sem nenhuma consciência das necessidades do país. A resultante classe política incompetente, ostentando alarmante margem de corrupção, não dispõe nem da vontade nem das condições de entendimento necessário para dar execução ao que é consensualmente reconhecido, ou seja, levar o país, estavelmente, a um satisfatório nível de desenvolvimento econômico-tecnológico e sócio-cultural.

### 3. REFORMA POLÍTICA

**E**nquanto não se realizar uma grande revolução educacional, as inúmeras medidas de que o Brasil necessita para alcançar, estavelmente, um satisfatório nível de desenvolvimento, somente poderão vir a ser adotadas se, previamente, se proceder a uma ampla reforma política.

Os atuais regimes eleitoral e partidário conduzem, necessariamente, não a uma democracia representativa e sim a uma democracia de clientela, gerando, com as exceções de estilo, uma classe política que, ademais de incompetente, só se serve do Estado para seus fins particulares, em vez de servir o Estado e a Nação.

Existe amplo consenso, entre os estudiosos da matéria, no sentido da indispensabilidade de se adotar o chamado regime distrital misto, combinadamente com medidas, em parte já introduzidas, que eliminem os “partidos de aluguel”. Esse novo regime eleitoral corrigirá, ainda que muito parcialmente, os desequilíbrios educacionais do país. Em profundidade, como já referido, somente uma revolução educacional poderá instituir no Brasil uma competente democracia de massas, como na Europa ocidental. Isto requer, além de outras coisas, um largo espaço de tempo. Enquanto não se logre um satisfatório nível educacional para o Brasil, somente a reforma política prece-

dentemente referida proporcionará ao país um nível mínimo de capacitação política.

O problema da reforma política, entretanto, se defronta, no Brasil, com o fato de que um Congresso Nacional eleito clientelisticamente não se disporá a adotar uma reforma política que inviabilizaria a eleição de maior parte dos atuais parlamentares. Nessas condições, somente por via plebiscitária se poderá empreender a necessária reforma política. Isto significa, na prática, que a possibilidade de tal reforma dependerá de que venha a ser eleito um candidato à Presidência da República cujo programa contenha a reforma política em questão e que efetivamente se disponha a implementá-la. Ainda estamos longe dessa possibilidade. Poderemos esperar por seu advento sem incorrer em deficiências dificilmente corrigíveis? Na verdade, se não se formar, prontamente, um grande movimento de opinião pública que pressione eficazmente a favor da reforma política, o Brasil corre o grande risco de perder o trem da história.

---

HELIO JAGUARIBE é decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais – IEPES. Diplomado em Direito pela PUC/RJ, recebeu doutorados *honoris causa* das Universidades de Mainz, RFA, de Buenos Aires e Federal da Paraíba, por sua contribuição às Ciências Sociais. Foi professor visitante das Universidades de Harvard, Stanford e do M.I.T. Autor de ampla obra, publicada em diversas línguas, destacam-se, entre seus últimos livros, *Brasil, homem e mundo – reflexão na virada do século* (Rio de Janeiro: Topbooks, 2000), *Um estudo crítico da História* (São Paulo: Paz e Terra, 2001, 2 vls.) e *Brasil: alternativas e saída* (Paz e Terra, 2002). Eleito para a Academia Brasileira de Letras em março de 2005.